



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4815 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT09 - Trabalho e Educação

FORMAÇÃO INICIAL NOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016
Wania Regina Coutinho Gonzalez - Universidade Estácio de Sá
Solange Pose Garcia - UNESA - Universidade Estácio de Sá

Formação Inicial Nos Jogos Olímpicos Rio 2016

Resumo

Este artigo pretende contribuir para as discussões sobre a formação inicial e continuada (FIC) no âmbito da Educação Profissional Tecnológica (EPT). Privilegiou-se a investigação do curso de Operação de Instalação Esportiva Rio 2016 (OIE) à luz dos autores críticos que tratam sobre a complexa relação entre Trabalho e Educação. O texto aborda as contribuições desse curso na trajetória formativa profissional dos egressos, após 30 meses de sua conclusão. A formação foi realizada por alunos de uma universidade particular carioca, mediante uma parceria com o Comitê Olímpico e teve como objetivo desenvolver competências para a gestão e a operação de instalações esportivas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A pesquisa de natureza quanti-qualitativa, contou com a participação de 94 egressos do referido curso, mediante a disponibilização do questionário *on line* na plataforma Survey Monkey. A análise permitiu identificar que apesar da maioria dos egressos estarem inseridos no mercado de trabalho o fazem em áreas distintas à formação inicial da qual participaram.

Palavras-chave: Qualificação Profissional. Formação Inicial e Continuada. Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Formação Inicial Nos Jogos Olímpicos Rio 2016

Introdução

Este artigo pretende contribuir para as discussões sobre a formação inicial e continuada (FIC) no âmbito da Educação Profissional Tecnológica (EPT). Essa modalidade foi denominada a partir da promulgação do Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004). No contexto da FIC, tivemos como foco central a investigação do curso de Operação de Instalação Esportiva Rio 2016 (OIE) realizado a partir de uma parceria entre uma universidade particular e o Comitê Olímpico. A formação foi destinada a alunos da Universidade Estácio de Sá[1], com duração de 40 horas e teve como objetivo desenvolver competências técnicas para a gestão e a operação de instalações esportivas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016[2]. Como o Brasil, pela primeira vez, concretizou um megaevento com essa complexidade e magnitude, houve a necessidade de qualificar profissionais com técnicas e conhecimentos específicos usados na organização de acontecimentos de grande porte.

O estudo cumpriu quatro etapas bem delineadas. Houve um momento inicial de revisão de literatura, em que se buscou um referencial bibliográfico que subsidiasse e ampliasse o escopo da investigação. Na segunda etapa, realizou-se uma pesquisa documental a partir de documentos utilizados pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos[3] e pela Universidade Estácio de Sá referentes ao curso a ser estudado para o entendimento dos objetivos e das finalidades iniciais quanto a este tipo de formação. No terceiro momento, com arcabouço teórico e a compreensão do escopo do curso OIE, empreendeu-se uma pesquisa quantitativa aplicada por meio de um questionário estruturado *on-line* com 26 questões de múltipla escolha, enviado aos egressos. A última etapa culminou com a análise de dados propriamente dita na qual buscamos articular o quadro teórico com os dados obtidos nos questionários.

A reflexão proposta no texto almeja analisar a importância dessa formação inicial para os egressos, buscando responder se o curso de Operação de Instalação Esportiva Rio 2016 possibilitou aos participantes uma melhoria, na sua trajetória formativa profissional, após trinta meses de realização da formação. Importante esclarecer que a expressão é usada para designar o conjunto de etapas percorridas pelos indivíduos ao longo de sua formação profissional (FIDALGO; MACHADO, 2000).

Formação Inicial e Continuada e a correlação com a Trajetória Profissional

O século XXI evidencia, como alguns dos seus principais marcos, a mudança e necessidade dos mercados se adaptarem

às crises cíclicas do capitalismo. Aqueles que conseguem se manter no mundo do trabalho, em muitos casos; exigem-se competências mais complexas dos profissionais, como estabelecer várias conexões e análises para tomadas de decisões. Nesse contexto, o mundo do trabalho demanda uma formação que não poderá ser adquirida apenas pelo treinamento operacional, ou seja, o trabalhador necessita, ainda, ser polivalente e ter condições de desenvolver as suas habilidades, inclusive aquelas que requerem uma ampla base de educação geral.

Assim, a história da educação profissional (EP) no Brasil, principalmente no final do século XX e fortemente no século XXI, demonstra uma polarização entre a que valoriza a educação geral e a que restringe aos direcionamentos deste tipo de educação vindos do mercado de trabalho. Soma-se a esse impasse que nesse contexto, as mudanças ocorridas no cenário econômico e social atrelaram novas exigências tecnológicas e modernas formas de educação profissional, com profissionais capazes de atender às transformações ocorridas.

Tal contexto não poderia ser diferente da política aplicada na educação profissional no Brasil. Através do Decreto 5.154, de julho de 2004, revogando o Decreto 2.208/97 (BRASIL, 2004), foi retomada a integração do ensino médio e da educação profissional, o que possibilitou a formação do trabalhador na Rede Pública de Ensino, buscando, fundamentalmente, reestabelecer os princípios de uma política de educação profissional articulada com a educação básica. Este Decreto também estabeleceu que a educação profissional (EP) abrangesse os seguintes cursos:

I- Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional;

II- Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III- Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

Dessa forma, o nosso estudo se relaciona ao item I do Decreto 5.154/04, Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

A este respeito, Silva (2007) expõe a concepção de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), participantes da elaboração do decreto no qual a modalidade FIC é criada:

[...] a formação inicial refere-se aos cursos que iniciam os trabalhadores numa área profissional como uma primeira formação. A formação continuada implica todas as outras experiências formativas após o trabalhador ter adquirido uma primeira formação profissional, tais como: atualização, desenvolvimento, aperfeiçoamento, especialização, dentre outras – seja na mesma área profissional ou em áreas diversas (SILVA, 2007, p. 38).

Assim, com relação à qualificação profissional, os cursos e os programas inseridos na FIC (que poderão ser formais e não formais, além de cursos livres, conhecidos como treinamento e capacitação) devem estar articulados preferencialmente com os de Educação de Jovens e Adultos, visando à capacitação para o trabalho e elevando o nível de escolaridade do indivíduo. Contudo, os programas FIC, por não apresentarem pré-requisitos de escolaridade, são a única alternativa de educação profissional para os segmentos mais vulneráveis da população brasileira e, por sua vez, compreendem cursos que não estão sujeitos à regulamentação por parte do poder público, ou seja, todos os programas que não apontam requisitos de escolaridade definidos por lei podem ser denominados como cursos de qualificação profissional.

Vale ressaltar que a qualificação do trabalhador é um dos temas estratégicos para a educação do país, uma vez que a formação dos indivíduos abrange um conjunto de conhecimentos técnicos, além de saberes sociais e escolares. É um processo de aprendizado destinado à preparação do indivíduo para que ele tenha a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e esteja atualizado com as demandas atuais. Sendo assim, para que haja melhor entendimento quanto à qualificação profissional, é fundamental que se compreenda o que são estratégias formativas destinadas à qualificação/requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada, buscando superar a visão predominante de treinamento (MANFREDI, 2002).

Além do mencionado Decreto, no âmbito das políticas públicas, outro Decreto reforça a importância da integração entre as modalidades da EPT: o Decreto 8.268, de 18 de junho de 2014, trazendo o conceito de organização das modalidades da EPT em itinerários formativos ou trajetórias de formação:

Consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas de educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (BRASIL, 2014).

Assim, o referido Decreto determina que os cursos e os programas de FIC devem ser concebidos sob os seguintes parâmetros: articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, da ciência e tecnologia, centralidade do trabalho como princípio educativo, e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2014). Esses direcionamentos enfatizam a relação entre trabalho, tecnologia e educação; e a necessidade integração e articulação da EPT com as políticas públicas da ciência e tecnologia e da geração de trabalho e renda.

A limitada contribuição que tal modalidade de ensino tem oferecido à qualificação dos trabalhadores brasileiros. quando se expressa sob a forma de uma série de programas de curta duração, aligeirados e fragmentários, a maioria dos quais não está articulada com a formação escolar básica de longa duração o que é criticado por Kuenzer (2008) e Ferretti (2008);

Manfredi (2002), por sua vez, observa que a qualificação profissional acaba tendo uma orientação muito tecnicista e menos tecnológica e voltada para as necessidades conjunturais do mercado de trabalho, gerando uma formação momentânea, fragmentada, sem articulação com a formação geral e segundo a ótica do mercado, representando uma opção, principalmente; para aqueles com baixa escolaridade.

Nota-se, portanto, uma preocupação desses pesquisadores com as programações de educação profissional oferecidas, sobretudo devido ao fato de serem realizadas de forma avessa ao que se entende por formação educacional, em sentido amplo, além de estar distante do que se observa na questão dos itinerários formativos que, conforme mencionado anteriormente, devem ser permeados por uma educação que possibilite “o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2014). Observa-se a aplicabilidade de um formato de educação tecnicista, voltada ao mercado de trabalho, mas que não contempla tanto conhecimentos relevantes à inserção social uma como uma articulação possível entre formação geral e educação profissional. Se, por um lado, ela forma indivíduos para atender às necessidades do mercado de trabalho, por outro, ela não os oferece uma formação completa, no sentido amplo em que se entende o processo educacional, que instrumentaliza o indivíduo para o exercício da cidadania, para o pensamento crítico, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, vale ressaltar que a compreensão do conceito de itinerários formativos está alinhado, nos textos legais, com a trajetória profissional do trabalhador, já que o indivíduo poderá iniciar os seus estudos sem conhecimento prévio de uma profissão, mas cursando ações educativas de diversas modalidades de EPT poderá alcançar novas oportunidades

profissionais, delimitando assim uma trajetória em sua carreira.

Desse modo, a trajetória profissional é flexível e individualizada compreendendo a sequência de atividades realizadas no percurso da formação dos sujeitos. É evidente que a trajetória profissional poderá sofrer alterações ou limitações, não só por ambições individuais, mas também pelas condições vigentes do mercado de trabalho e do estado de desenvolvimento do país, por exemplo. Por isso, nos documentos da EPT; reforça-se a importância do indivíduo procurar a qualificação profissional, na expectativa de que os cursos de FIC aumentem as oportunidades do trabalhador de adquirir mais competências, tornando-o um profissional polivalente, ampliando assim as chances de geração de renda.

Entretanto, a possibilidade de acesso ao emprego envolve o sistema produtivo capitalista e, conseqüentemente, existem em torno disso fatores condicionantes, tais como: crescimento econômico, aumento da população em busca de emprego e desenvolvimento tecnológico, fatores estes que influenciam o número de posições disponíveis no mercado de trabalho. Contudo, segundo Ciavatta (2008), questões como globalização econômica, busca pela qualidade e pela competitividade, transformações do mundo do trabalho decorrentes das novas tecnologias são responsáveis por um cenário de desemprego estrutural, e isso independe dos programas de formação profissional. Essa posição é assumida por Ramos e França (2005) ao afirmarem que o acesso ao mercado de trabalho também não depende somente da qualificação do trabalhador. Ou seja, a criação de estratégias de oferta de soluções EPT como garantia para a oferta de postos de trabalho não é uma realidade observada, tampouco é defendida por autores da área.

Isto posto, em linhas gerais, pode-se dizer que existe uma polarização entre duas vertentes na EPT entre formar o profissional para as necessidades do mercado de trabalho e preparar o trabalhador para uma educação integral, conforme exposto anteriormente. Entretanto, ressalta-se aqui a necessidade de se ter em mente o fato de que o entendimento sobre itinerários formativos deve ser considerado um plano de formação continuada, com etapas sequenciais, progressivas, flexíveis e estruturadas de forma a abarcar vários níveis de conhecimentos, visando a uma formação educacional completa, em sentido amplo (RAMOS, 2008). Diante do exposto; analisaremos; a seguir; o curso na modalidade FIC; objeto da nossa pesquisa.

O curso de Operação de Instalação Esportiva Rio 2016 (OIE): na visão dos egressos

O curso de Operação de Instalação Esportiva Rio 2016 (OIE) teve como objetivo desenvolver; nos alunos participantes; as competências técnicas para a gestão e a operação de instalações esportivas (UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, 2015). Em função do ineditismo da realização das olimpíadas no Brasil, existia uma carência de profissionais capacitados na atuação em megaeventos e, por esta razão, as instituições envolvidas elaboraram essa formação. Uma das áreas do comitê organizador, que era denominada VEM (*Venue Management*), sigla em inglês, e que significa gerenciamento operacional de instalações, foi a que apontou a necessidade de qualificação de profissionais destinados à instalação de competição e ao gerenciamento de operação e de toda a comunicação na arena.

Dessa forma, o curso pôde ser categorizado como uma formação inicial, já que os participantes estavam entrando em contato com um conhecimento novo apesar de serem universitários. O propósito era apresentar-lhes o tamanho e a complexidade da organização do maior evento multiesportivo do mundo, mostrando as fases de planejamento, como se organiza uma instalação esportiva, suas subdivisões, liderança em acontecimentos de grande porte, aspectos de segurança e comunicação. Os conhecimentos tratados no curso forneceram aos participantes conceitos sobre planejamento e organização de grandes eventos, desenvolvimento de projetos, liderança de equipes heterogêneas e gerenciamento de recursos. Os organizadores acreditavam que esses conhecimentos, agregados aos de outros setores produtivos; de forma indireta, poderiam gerar um efeito multiplicador na geração de trabalho e renda do egresso (UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, 2015; COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016; 2015). Sendo assim, este trabalho discute as contribuições desse curso na vida profissional dos egressos, após 30 meses de sua conclusão, conforme poderá ser observado adiante.

Para isso, foi necessário investigar, através de um questionário *on-line*, enviado a 94 ex-alunos, os diferentes pontos de vista dos egressos com relação à questão da formação e, ainda, da realização do curso como oportunidade de melhoria na sua trajetória profissional.

Assim, as 26 questões versaram sobre cinco pontos principais, a saber: perfil dos respondentes, experiência profissional, avaliação do curso Operação de Instalação Esportiva, trajetória profissional e avaliação geral. Do total, 24 questões foram para todos que participaram do curso e as outras duas para aqueles que tiveram também a oportunidade de trabalhar nos jogos. Os dados foram consolidados na plataforma SurveyMonkey, analisando as respostas de acordo com o percentual obtido, a partir de 65% de retorno dos participantes. A seguir destacaremos, de forma descritiva, alguns resultados, privilegiando os que nos auxiliam na elucidação do objetivo do texto e optamos por não utilizar tabelas em virtude das limitações no formato do texto. Esclarecemos, também, que, em alguns casos, as respostas não totalizam 100% por conta da ausência de respostas à questão e em outras, ultrapassam 100%, no caso de questões que permitiam a marcação de mais de um item.

Uma das questões propostas teve a intenção de identificar se a formação inicial atendeu apenas às necessidades de qualificação para atuarem nos jogos ou se também contribuiu para a aplicação dos conhecimentos à sua trajetória profissional. Outro aspecto pesquisado foi verificar se o ineditismo do curso favoreceu os participantes a terem mais oportunidades de atividades profissionais. Além disso, entendendo que a formação inicial deva ser uma das etapas de desenvolvimento, procurou-se também identificar se os egressos buscaram a continuidade nos seus estudos.

Dessa forma, a pesquisa mostrou que o perfil dos egressos era formado por 53,23% de mulheres e 46,77% de homens, apresentando um equilíbrio entre ambos. Quanto à faixa etária prevalecente, compreendeu entre 26 e 31 anos, abrangendo 41,94% dos respondentes. De 32 a 37 anos, alcançou 17,74%, e acima de 38 anos, 32,25%. A oferta do curso OIE foi para um perfil de indivíduos que já possuíam alguma experiência profissional; em função da maioria se concentrar na faixa etária maior de 26 anos.

No que tange à formação escolar, os egressos declararam que, em 2015, o percentual de alunos cursando graduação era de 30,65% e que em 2018 o índice foi de 3,23%. Outros dados positivos que mostram a continuidade dos estudos dos ex-alunos foram os percentuais de egressos que estão cursando ou concluíram a Pós-graduação. Em 2015, 3,23% cursavam Pós e, em 2018, o total foi de 19,35%. Quanto à Pós-graduação completa em 2015, o resultado foi de 6,45%, e atualmente é de 16,13%. Essas informações evidenciam a preocupação dos egressos em relação à importância para que a sua formação seja continuada.

Vale ressaltar que, ao contrário do que é afirmado por autores como Rocha (2011) e Silva (2014), no caso específico da presente pesquisa, o oferecimento do curso na modalidade FIC não foi realizado pela a classe trabalhadora com baixa escolaridade. Sobre esta questão, a pesquisa mostrou que 70% dos egressos já tinham concluído a graduação quando realizaram o curso que, na verdade, já se destinava a este público-alvo, como já mencionamos anteriormente.

No âmbito da experiência profissional, identificamos a ocupação dos egressos em 2015, no final do curso, e em 2018. Na

comparação, identificamos que houve aumento no percentual de empregabilidade dos egressos. Em 2015, 41,95% dos egressos tinham carteira assinada, já em 2018, esse quantitativo aumentou para 54,45%. Outro indicador positivo foi o percentual de egressos que não trabalhavam em 2015, 20,97%, tendo ocorrido uma expressiva redução para 3,23%, em 2018. Entretanto, cabe ressaltar que estes dados por si só não garantem a correlação da participação na formação inicial e a inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto verificado no tocante à experiência profissional, foi identificar se os egressos atuaram nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Como o curso pesquisado visava à capacitação de profissionais para atuarem no megaevento, seria provável que houvesse uma efetividade na contratação desses alunos, mas esta hipótese não foi confirmada na pesquisa. Os dados mostram que 61% informaram que não foram selecionados para trabalhar nos jogos e 39% atuaram no evento. Este resultado não condiz com o propósito do Comitê Organizador de que a criação do curso era para atender à demanda de profissionais capacitados para atuarem no megaevento.

Em contrapartida, como a principal motivação para fazer o curso, as respostas relacionadas à ampliação de oportunidades profissionais, apareceu em 16,75% dos respondentes, e de obter novas colocações no mercado de trabalho, em 14,75%, foram apontados os demais aspectos pelos egressos realizarem o curso.

Como o nosso estudo objetivou não só analisar a concepção sobre a formação inicial oferecida, mas também retratar a percepção do egresso sobre a contribuição desta qualificação para a sua atual ocupação, procurou-se identificar se os conhecimentos tratados no curso foram importantes para outras áreas de trabalho, contribuindo para a trajetória profissional dos egressos.

Com relação à área de atuação profissional, a pesquisa identificou 70% dos respondentes trabalhavam em áreas sem qualquer relação com o curso. Um aspecto importante é que os egressos não tiveram êxito na inserção profissional em atividades relacionadas à formação. Este resultado mostra o não alinhamento com o conceito de organização das modalidades da EPT, estabelecido no Decreto 8.268 (BRASIL, 2014), que menciona o “aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” como características dos itinerários formativos.

Esse resultado apontado pelos egressos está alinhado com o entendimento que Ciavatta (2008) tem sobre as modalidades da educação profissional e tecnológica, ao alertar que os cursos de EPT não garantem postos de trabalho aos seus participantes. Segundo a autora, questões como globalização econômica, busca pela qualidade e pela competitividade, transformações do mundo do trabalho decorrentes das novas tecnologias estão causando desemprego estrutural, e isso independe dos programas de educação profissional.

No tocante aos 27%, dos egressos que trabalharam (ou trabalham) em áreas relacionadas ao curso, como exemplo, turismo, esportes, hotelaria e eventos verifica-se a concepção de itinerários formativos, possibilitando ao indivíduo traçar a sua carreira em uma perspectiva de educação continuada, galgando oportunidades de trabalho nas áreas de interesse e, conseqüentemente, buscando o próprio desenvolvimento.

Como grande parte dos respondentes não conseguiu trabalhar em áreas relacionadas à formação inicial; em torno de 70%, buscamos compreender quais foram os motivos para este acontecimento. Para essa identificação, eles poderiam marcar uma das opções apresentadas, ou descrever a razão por não estarem inseridos, atualmente, em áreas relacionadas com o curso OIE. Assim, o principal motivo para não estar trabalhando em setores vinculados à formação inicial foi o de não terem ali conseguido contratação, alcançando um percentual de 51%.

Como esta questão permitia que os egressos apontassem motivos não elencados no questionário, foi possível concluir que o índice mais citado pelos respondentes, para não atuarem em áreas relacionadas ao curso, foi a falta de oportunidades de vagas nesses segmentos.

A inserção profissional nas áreas correlacionadas à formação e o interesse pela formação continuada, na percepção dos egressos, indicam que os objetivos da proposta educacional do curso OIE não estão em consonância com o que foi alcançado, proporcionando resultados não satisfatórios quanto à relação educação profissional e trajetória profissional. Nesse sentido, Demo (1998, p. 12) destaca que a educação profissional é responsável pela preparação do trabalhador, sem ter, por isso, uma relação direta com a criação de postos de trabalho. Cria-se uma ilusão sobre a correlação educação profissional e empregabilidade, transferindo ao trabalhador individualmente a responsabilidade por não estar empregado, omitindo o fato de que o sistema produtivo e econômico é que determina a criação dessas oportunidades.

Com relação à relevância dos conhecimentos adquiridos, por sua vez, 41% responderam negativamente, enquanto 40% escolheram a opção “Outro”, demonstrando interesse em opinar sobre os conteúdos aprendidos para além da formação para o mercado de trabalho.

Como estas questões estavam relacionadas ao entendimento da trajetória profissional dos egressos, era objetivo avaliar se o curso OIE trouxe novas oportunidades profissionais para os ex-alunos. Conforme Leão (2015), compreende-se, assim, que a participação dos indivíduos nas modalidades da EPT possibilita o desenvolvimento; através dos itinerários formativos e, com isso, novas possibilidades podem surgir na trajetória profissional dos envolvidos na ação educativa. Nesse sentido, as políticas de EPT precisam valorizar uma concepção de educação profissional, cujo foco seja o desenvolvimento integral da pessoa e não somente o “saber fazer” de uma determinada ocupação (MILITÃO, 2000).

No que tange ao nosso estudo, o curso ofertado foi uma parceria do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e a Universidade Estácio de Sá, uma instituição de ensino que contempla os níveis de graduação e pós-graduação. Desta forma, a qualificação profissional poderia ter sido aplicada segundo o conceito de itinerário formativo estabelecido pelo Decreto 8.268, de 18 de junho de 2014 (BRASIL, 2014). O curso OIE seria a formação inicial, um dos programas de EPT, e que possibilitaria o aproveitamento e a articulação com as outras modalidades deste tipo de educação. Entretanto, conforme foi possível constatar, essa situação não foi apresentada pelos egressos, que apenas informaram que houve a continuidade dos estudos, sem maiores relações com outras questões e modalidades.

Uma das críticas à modalidade FIC é exatamente esta: a de não ser entendida como uma das etapas de formação. Nesse sentido, enfatizamos que a qualificação profissional deve ser considerada um plano de formação continuada, com etapas sequenciais, progressivas e estruturadas de forma a abarcar vários níveis de conhecimentos (RAMOS, 2008). O curso pesquisado não estabeleceu conexão com outras instâncias da educação profissional e tecnológica, não estando alinhado ao direcionamento estabelecido na política da EPT, em que os estudos devem ter continuidade e serem construídos ao longo de um percurso.

.

Considerações Finais

Diante do exposto, cabe dizer que a pesquisa realizada possibilitou a análise da modalidade formação inicial e continuada da EPT tema pouco investigado nas pesquisas sobre a complexa relação entre trabalho e educação. Buscamos problematizar a associação acrítica dessa modalidade a uma formação direcionada ao mercado de trabalho e voltada a

uma população de baixa escolaridade, principalmente, os que não têm acesso à escolaridade e os profissionais menos favorecidos.

Como o curso foi oferecido a alunos da Universidade Estácio de Sá, instituição de educação de nível superior, esta questão quanto ao perfil com baixa escolaridade não foi um fato observado, já que, no mínimo, os alunos estavam cursando a graduação. Outro fator demonstrado foi a diferenciação quanto às práticas da FIC aplicadas no contexto de jogos olímpicos e paralímpicos, uma vez que se configurou como um evento inédito realizado no Brasil.

Durante a nossa análise quanto aos resultados obtidos através dos questionários respondidos pelos egressos, observamos que eles compreendem que os objetivos alcançados no curso possibilitaram uma formação mais ampla, não só voltada para o ambiente dos jogos. Os ex-alunos responderam que os conteúdos aprendidos no curso puderam ser aplicados em outras instâncias de sua vida, acarretando ao egresso uma visão sistêmica dos processos envolvidos, o encadeamento das conexões e a importância e as consequências das tomadas de decisão relacionadas a um evento de magnitude mundial e que envolve muitas pessoas.

O desenvolvimento deste estudo apontou, entretanto, a necessidade de aprofundamento nas discussões sobre a conexão entre as três modalidades da educação profissional tecnológica. Como o curso OIE foi uma qualificação oferecida pela Universidade Estácio de Sá e pelo Comitê Organizador dos Jogos, existia a possibilidade de que a FIC não fosse compreendida de forma isolada e fragmentada. É pertinente destacar que, sendo uma instituição de ensino a responsável pela oferta do curso, era mais fácil traçar os itinerários formativos para os egressos, aproveitando as graduações e pós-graduações relacionadas aos percursos, como eventos, esportes, educação física e outros, proporcionando aos egressos a continuidade dos estudos e atendendo assim aos princípios da educação profissional e tecnológica, que é a construção da educação contínua. É evidente que, atendendo a esse princípio de itinerários formativos, a modalidade FIC acaba não sendo apenas para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, mas sim como mais uma etapa na formação do trabalhador. A prática dos itinerários formativos deve ser organizada de forma intencional, sistemática e estruturada através das ofertas da EPT, possibilitando a conexão entre as modalidades estabelecidas.

Ao analisar a continuidade dos estudos, a maioria dos egressos demonstrou que houve prosseguimento em sua formação, tanto pelo término da sua graduação como pelo início da pós-graduação. Apesar da maioria não tratar da relação entre a modalidade FIC e a formação concluída após o curso, não se pode negar que a FIC trouxe uma contribuição para a sequência dos estudos.

Nesta perspectiva, é preciso considerar que tal modalidade da EPT tem o propósito de ser uma das etapas da sua formação, incentivando o trabalhador a percorrer um caminho de estudos. O curso OIE trouxe esta concepção, opondo-se à prática que identificamos no mercado. É preciso compreender que situações pontuais e específicas podem oferecer qualificação profissional na qual o foco seja preparar o trabalhador para uma demanda determinada e emergencial. É importante que não seja encarada como uma etapa única e isolada na formação do trabalhador.

O outro objetivo dos nossos estudos foi analisar se o curso OIE contribuiu para a trajetória profissional dos egressos. De acordo com as informações obtidas foi identificada uma melhora na inserção no mercado de trabalho nos períodos avaliados durante o curso. Em 2015, 20% estavam sem ocupação, e no momento da pesquisa, em 2018, 3% estavam sem atividade remunerada. Não podemos afirmar que exista correlação entre a participação no curso e o fato de estar trabalhando, entretanto, sobretudo em um período de crise econômica no qual as taxas de desemprego vêm apresentando dados recordes, sendo importante que haja aprofundamento nesta questão.

Ao analisar a atual inserção no mercado de trabalho dos ex-alunos e a relação com a realização do curso, verificou-se que a maioria dos egressos não estava atuando em atividades correlacionadas aos jogos. As respostas apontam que a contribuição do curso OIE para a situação atual dos egressos ocorreu de forma indireta. Os ex-alunos destacaram que, em função do cenário econômico restritivo do país, as ofertas de trabalho voltadas a grandes eventos, ao turismo e aos esportes estavam escassas e que, por isso, viram-se obrigados a aceitar outras propostas de emprego não atreladas aos temas do curso.

Em contrapartida, acreditamos que para os egressos que trabalharam nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos houve uma qualificação profissional de melhor qualidade, visto que foi uma formação baseada também na dimensão prática, decorrente da formação inicial e das experiências vividas no próprio evento, ultrapassando assim a dimensão teórica da sala de aula. O curso privilegiou a simulação de problemas reais, no contexto dos Jogos olímpicos, permitindo que os egressos tomassem decisões e verificassem as consequências das suas escolhas. Contudo, não foi objetivo deste estudo identificar as diferenças de aprendizado e as contribuições da formação entre os egressos que trabalharam ou não nos jogos.

Enfatizamos que a modalidade FIC pode ir além da formação do indivíduo direcionada às exigências do mercado de trabalho contribuindo para despertar, nos seus participantes, o interesse em dar continuidade a sua formação humana. É oportuno salientar que o mundo do trabalho necessita de profissionais com competências diferentes daquelas anteriormente exigidas, e de um trabalhador mais qualificado. Entretanto, não devemos desconsiderar que a formação geral é fundamental para que o trabalhador possa ser ter uma posição crítica e autônoma na sua atuação profissional.

Sendo assim, podemos concluir que faz-se necessário, portanto, haver um acompanhamento de egressos após alguns anos como forma de verificação dos resultados obtidos quanto ao propósito da educação profissional e tecnológica, de forma que se caminhe para o desenvolvimento dos egressos em um percurso formativo, articulando assim as modalidades deste tipo de educação, além de contribuir para a diminuição da dicotomia entre as duas concepções educacionais: a formação integral e a preparação para o mercado de trabalho.

Referências

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Decreto nº 5.154. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Diário Oficial da União. Disponível em:** <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>>. Acesso em: 12/10/2017.

_____. Decreto nº 2.208. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Diário Oficial da União. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 25/06/2017.

_____. Decreto nº 8.268. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Diário Oficial da União. Disponível em:** <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm>>. Acesso em: 15/10/2017.

CIAVATTA, M. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.100-137.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Olympic Games. Rio 2016. Disponível em: <<https://www.olympic.org/rio-2016>>. Acesso em: 14/07/18.

CRIVELLARI, Helena **Itinerário Formativo Profissional**. São Paulo: IIEP, 2005 (Mimeo.)

DEMO, Pedro. Educação Profissional: vida produtiva e cidadania. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, maio-ago. 1998.

_____. Educação Profissional: mito e realidade. **Revista Ser Social**, n. 5, p. 123-157 – Trabalho e Cidadania. Brasília: Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, jul./dez. 1999.

FERRETI, Celso João. A reforma educacional profissional: considerações sobre alguns temas que persistem. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5 n. 3, p. 509-520, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462007000300010&script=sciabstract&tIng=pt>>. Acesso em: 18/04/2018.

FIDALGO, F. MACHADO, L. **Dicionário da Educação Profissional**; NETE.UFMG. BH. 2000.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017>. Acesso em: 24/04/2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. Reforma da Educação Profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007/ fev. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/09.pdf>>. Acesso em: 07/09/2018.

LEÃO, Gabriel Mathias Carneiro. **Itinerários Formativos**: Caminhos possíveis na educação profissional. Educere – V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente, PUC-PR, 26 a 29/10/2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20338_11485.pdf>. Acesso em: 01/06/2018.

MANFREDI, S. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MILITÃO, Maria N. Educação Profissional. In: FIDALGO, F; MACHADO, L. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional**. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

RAMOS, A.F.; FRANÇA, R.L. **Educação profissional**: políticas públicas para o ensino técnico profissionalizante, 2005. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC20.pdf>>. Acesso em: 03/06/2018.

RAMOS, Marise Nogueira. Itinerários Formativos. In: PEREIRA, Isabel. LIMA, Júlio. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/itfor.html>>. Acesso em: 01/06/2018.

ROCHA, Juliana Macedo. **Formação Inicial de trabalhadores e elevação da escolaridade**: políticas públicas de qualificação profissional em discussão (1963-2011). Tese (Doutorado de Educação) – Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21102011-094242/pt-br.php>>. Acesso em: 14/04/2018.

SILVA, Lucília Carvalho. **A Entrada dos Trabalhadores nos Institutos Federais pela via dos Cursos de Formação Inicial e Continuada**: uma análise sobre a educação dos mais pobres. Tese – (Doutorado em Educação), UFF, Niterói, 2014. Disponível em: <http://www.ppg-educacao.uff.br/novo/images/files/Banco_Teses_Dissertacoes/2014%20Tese%20Lucilia%20Carvalho%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 14/07/18.

SILVA, Márcia Maria. **Qual a educação dos trabalhadores no governo do Partido dos Trabalhadores?** Educação profissional após o Decreto nº 5.154/2004. Dissertação (Mestrado de Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/14068/disserta%20>>. Acesso em: 14/04/2018.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. **Contrato de Serviços com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016. **Apresentação do Curso Operação de Instalação Esportiva**, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Relatório Final do Projeto de Patrocínio dos Jogos Olímpicos Rio 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

[1] O Comitê Organizador necessitava de parceiros e patrocinadores para executarem as atividades relacionadas à realização do evento. A Universidade Estácio de Sá, instituição privada que atua no ensino superior desde 1970, foi a escolhida pelo Comitê para oferecer qualificação profissional à força de trabalho dos jogos, com programas de formação inicial e continuada destinados aos alunos, aos voluntários e aos funcionários do Comitê Organizador

[2] Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: O megaevento envolveu 11.238 atletas, de 207 países, em 11 dias de competição (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL).

[3] Empresa responsável pela realização dos Jogos no Rio de Janeiro, criada em 2010. logo após a escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede, segundo o caderno de treinamento entregue aos participantes dos cursos.